



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE - DECON  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**LUCAS FELIPE DA SILVA ARRUDA**

**IMPACTOS DA COVID-19 NOS GASTOS PÚBLICOS COM SAÚDE NO  
MUNICÍPIO DE LAGOA SECA – PB: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DE SÉRIES  
TEMPORAIS**

**CAMPINA GRANDE  
2022**

LUCAS FELIPE DA SILVA ARRUDA

**IMPACTOS DA COVID-19 NOS GASTOS PÚBLICOS COM SAÚDE NO  
MUNICÍPIO DE LAGOA SECA – PB: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DE SÉRIES  
TEMPORAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis  
da Universidade Estadual da Paraíba, como  
requisito à obtenção do título de Bacharel em  
Ciências Contábeis

**Área de concentração:** Contabilidade Pública

**Orientadora:** Profa. Ma. Isabel Joselita Barbosa da Rocha Alves

**CAMPINA GRANDE  
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A779i Arruda, Lucas Felipe da Silva.

Impactos da Covid-19 nos gastos públicos com saúde no município de Lagoa Seca - PB [manuscrito] : uma análise através de séries temporais / Lucas Felipe da Silva Arruda. - 2022.

22 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2022.

"Orientação : Prof. Me. Isabel Joselita Barbosa da Rocha Alves, Departamento de Ciências Contábeis - CCSA."

1. Despesa com saúde pública. 2. Gastos públicos com saúde. 3. Saúde pública. 4. Despesa pública. 5. Pandemia Covid-19. I. Título

21. ed. CDD 657.61


IMPACTOS DA COVID-19 NOS GASTOS PÚBLICOS COM SAÚDE NO  
MUNICÍPIO DE LAGOA SECA – PB: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DE SÉRIES  
TEMPORAIS

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Coordenação do Curso  
de Ciências Contábeis da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito à  
obtenção do título de Bacharel em  
Ciências Contábeis

Área de concentração: Contabilidade  
Pública

Aprovado em: 17/03/2022.

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª Ma. Isabel Joselita Barbosa da Rocha Alves (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Assinado digitalmente por JOSE LUIS DE  
SOUZA:02441053400  
DN: cn=JOSE LUIS DE SOUZA.02441053400, o=BR, ou=ICP-  
Brasil, ou=RFB e-CPF A3, email=scamatriz@gmail.com  
Data: 2022.03.23 15:05:10 -03'00'

\_\_\_\_\_  
Prof. Me. José Luís Souza  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



\_\_\_\_\_  
Prof.ª Ma. Adria Tayllo Alves Oliveira  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>6</b>
<b>2.1</b>	<b>Covid-19.....</b>	<b>6</b>
<b>2.2</b>	<b>Sistema Único de Saúde .....</b>	<b>7</b>
<b>2.3</b>	<b>Gastos Públicos com Saúde.....</b>	<b>8</b>
<b>2.4</b>	<b>Estudos Correlatos .....</b>	<b>9</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>10</b>
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>11</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>16</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>17</b>

## IMPACTOS DA COVID-19 NOS GASTOS PÚBLICOS COM SAÚDE NO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA – PB: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DE SÉRIES TEMPORAIS

### IMPACTS OF COVID-19 ON PUBLIC EXPENDITURE ON HEALTH IN THE MUNICIPALITY OF LAGOA SECA – PB: AN ANALYSIS THROUGH TIME SERIES

Lucas Felipe Arruda<sup>1</sup>

#### RESUMO

Devido à alta velocidade de disseminação do Coronavírus, grande era o número de infectados, o que ocasionou internações que sobrecarregaram o sistema público de saúde. Assim, esta pesquisa buscou identificar quais os efeitos da Covid-19 nos gastos públicos com saúde do município de Lagoa Seca - PB, no período de março de 2020 a dezembro de 2021, por meio de uma pesquisa aplicada, descritiva e explicativa com aspectos quantitativos. Utilizando os dados disponibilizados pelo Sages *On Line*, foram coletados os valores mensais de janeiro/2015 a julho/2021, e, mediante séries temporais, projetados os valores para, na sequência, compará-los as despesas efetivas com saúde do período analisado. Através do Coeficiente de Pearson, identificou-se que as variáveis possuem forte correlação positiva, pois o valor é de 0,633051. superior a -1 tornando positiva e próxima a 1 tornando correlação forte. Foi possível verificar que a pandemia impactou negativamente os meses de abril/2020 a julho/2020 e setembro/2020 a dezembro/2020 e, por fim, junho e julho de 2021. Isto se justifica pelos decretos municipais que permitiam a abertura das atividades econômicas, assim, com maior número de pessoas circulando, conseqüentemente, maior número de pessoas infectadas necessitando do serviço público de saúde. Outro fator que justifica o aumento das referidas despesas é o pagamento do 13º Salário no mês de dezembro de 2020, cujo gasto efetivo com saúde foi 49% superior ao projetado. Nos meses de março/2020, agosto/2020 e entre janeiro/2021 e maio/2021 foram os períodos onde houve um maior rigor nos decretos municipais, fazendo com que as despesas projetadas fossem menores que as realizadas. Por fim, ao confrontar as despesas com saúde do campo e períodos investigados com as despesas projetadas através das séries temporais, obteve-se variações positivas entre 1% e 49%, e variações negativas entre -1% e - 31%, contudo, quando comparados os valores totais, chega-se a uma variação positiva de 5%, o que leva a concluir que, apesar das medidas estabelecidas pelo poder público de Lagoa Seca - PB, a pandemia impactou os gastos com saúde.

**Palavras-chave:** SARS-CoV-2. Consequências. Despesa Pública.

#### ABSTRACT

Due to the high speed of spread of the Coronavirus, the number of infected people was high, which caused hospitalizations that overloaded the public health system. Thus, this research sought to identify the effects of Covid-19 on public health expenditures in the municipality of Lagoa Seca - PB, from March 2020 to December 2021, through an applied, descriptive and

---

<sup>1</sup> Aluno de Graduação em Ciências Contábeis na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Campus I. E-mail: lucas.arruda@aluno.uepb.edu.br

explanatory research with quantitative aspects. Using the data provided by Sagres On Line, monthly values were collected from January/2015 to July/2021, and, through time series, the values were projected to subsequently compare them to the actual health expenditures of the analyzed period. Through Pearson's coefficient, it was identified that the variables have a strong positive correlation, since the value is 0.633051. greater than -1 making it positive and close to 1 making it a strong correlation. It was possible to verify that the pandemic negatively impacted the months from April/2020 to July/2020 and September/2020 to December/2020 and, finally, June and July 2021. This is justified by the municipal decrees that allowed the opening of economic activities, thus, with a greater number of people circulating, consequently, a greater number of infected people needing the public health service. Another factor that justifies the increase in said expenses is the payment of the 13th Salary in December 2020, whose effective health expenditure was 49% higher than projected. The months of March/2020, August/2020 and between January/2021 and May/2021 were the periods where there was greater rigor in municipal decrees, causing projected expenses to be lower than those realized. Finally, when comparing the expenses with field health and investigated periods with the expenses projected through the time series, positive variations between 1% and 49% were obtained, and negative variations between -1% and - 31%, however, when comparing the total values, a positive variation of 5% is reached, which leads to the conclusion that, despite the measures established by the public authorities of Lagoa Seca - PB, the pandemic impacted health spending.

**Keywords:** SARS-CoV-2. Consequences. Public Expenditure.

## 1 INTRODUÇÃO

A Covid-19 é transmitida por um vírus identificado pela primeira vez em humanos na China em dezembro de 2019. A descoberta desse agente etiológico assumiu um caráter universal, logo a Organização Mundial de Saúde (OMS), assumiu que a doença é de caráter pandêmico, o que levou os governos mundiais a tomarem medidas em seus países contra a propagação do vírus, com o objetivo de inibir o aumento de novos casos e mortes (SOUZA, 2020).

Devido a alta velocidade de disseminação, a Covid-19 infectou pessoas em todos os continentes. Assim, através da Portaria do Ministério da Saúde nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, o Brasil logo declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional resultante da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (BRASIL, 2020c). Naquele mês foi confirmado pelas autoridades brasileiras o primeiro caso, o que também motivou o início da adoção de medidas para sua contenção e prevenção (BRASIL, 2020b).

Apesar das medidas governamentais aplicadas, o número de infectados e óbitos cresciam vertiginosamente. Neste cenário, os gastos públicos cresciam proporcionalmente ao número de casos, levando os estados e municípios a uma situação financeira extremamente delicada. Deste modo, em 2020 a União destinou 60 bilhões aos estados, Distrito Federal e municípios “para aplicação, pelos Poderes Executivos locais, em ações de enfrentamento à Covid-19 e para mitigação de seus efeitos financeiros” (BRASIL, 2020a).

Nesta perspectiva, com o aumento dos casos da Covid-19, infere-se que houve também aumento dos gastos públicos com saúde. Assim, surge o seguinte questionamento: **Quais os impactos causados pela Covid-19 nos gastos públicos com saúde no município de Lagoa Seca – PB?**

Neste sentido, o objetivo geral desta pesquisa foi identificar os efeitos da Covid-19 nos gastos públicos com saúde do município de Lagoa Seca - PB no período de março de 2020 a julho de 2021. Para alcançar o objetivo geral, buscou-se: (i) identificar os valores mensais referentes as despesas públicas com saúde no período de janeiro/2015 a julho/2021, (ii) através da análise de séries temporais projetar o valor dos gastos para 03/2020 a 07/2021 e, (iii) comparar os valores projetados aos efetivamente pagos.

Neste contexto, justifica-se esta pesquisa, pois apresentou os impactos da Covid-19 no campo investigado, o que poderá contribuir como ferramenta de planejamento e de tomada de decisão para o Poder Público.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: introdução, seguida da fundamentação teórica em que se abordará sobre: a Covid-19, o Sistema Único de Saúde brasileiro e os gastos públicos com saúde, a metodologia, a apresentação e análise dos resultados, as considerações finais e por fim as referências.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nessa seção serão apresentados os conteúdos que alicerçam o estudo, iniciando pela pandemia da Covid-19, na sequência o Sistema Único de Saúde brasileiro, gastos públicos com saúde e, por fim, alguns estudos relacionados ao tema.

### 2.1 Covid-19

No ano de 2019, a cidade de Wuhan, na China vivenciou um surto de pneumonia generalizada, que fora considerada notável trazendo preocupação para a população local. No início de 2020 os pesquisadores chineses reconheceram um novo coronavírus (SARS-CoV-2) que causa a síndrome respiratória denominada Covid-19 (HEYMANN; SHINDO, 2020).



No início de propagação do vírus, os casos confirmados tinham relação com a negociação de frutos do mar e animais vivos, levando a uma maior contaminação por não haver uma medida preventiva contra o vírus. Desta maneira a China registrou 11.821 casos e 259 óbitos, e como consequência, ainda em janeiro de 2020, a Covid-19 foi registrada em outros países da Europa, da América do Norte e também da própria Ásia (CAVALCANTE et al., 2020).

Com ênfase no Brasil, os primeiros casos foram atestados no mês de fevereiro de 2020, e várias ações foram implementadas a fim de conter o avanço da doença, tais como: uso obrigatório de máscaras, uso do álcool em gel, evitar aglomerações, entre outras medidas. Nesse mesmo período, através da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020 o país declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), antes mesmo da confirmação do primeiro caso (BRASIL, 2020c).

Devido a rápida propagação do vírus e a elevada capacidade de contágio, em 11 de março de 2020, a OMS decreta situação de pandemia. No Brasil, o primeiro óbito pelo novo vírus ocorreu em 12 de março de 2020 (BRASIL, 2020b). Em julho de 2020, foram totalizados mais de 19 milhões de pessoas infectadas e mais de 540.000 mortes. Antes de completar dois anos de pandemia, especificamente em 11 de outubro de 2021, no mundo, as mortes ultrapassavam 4,8 milhões (OPAS, 2021); no Brasil, mais de 600 mil, sendo na Paraíba, mais de 9.000 óbitos (CORONAVÍRUS/BRASIL, 2021). Em Lagoa Seca - PB, lócus da pesquisa, no dia 07 de outubro eram 2987 infectados e 48 óbitos (PARAIBA, 2021b).

Evidentemente, para o combate do vírus, a vacina é um importante recurso. Assim, em janeiro de 2020, foram iniciadas as pesquisas para a produção de vacinas com o material genético do SARS-COV-2, gerando, conforme a OMS, o estudo de aproximadamente 200 imunizantes (SILVA; NOGUEIRA, 2020). Em 1º de setembro de 2021, um total de 5.289.724.918 doses de vacina foram administradas no mundo (OMS, 2021b). Em Lagoa Seca -PB foram 18.134 (PARAIBA, 2021c).

## **2.2 Sistema Único de Saúde**

Com o advento da Constituição da República (CF) de 1988, surge a obrigação de garantia à saúde como direito social dos indivíduos (BRASIL, 1988). Sendo assim, através da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, cria-se o Sistema Único de Saúde (SUS), constituído pelo “conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público” (BRASIL, 1990a, p. 1).

O sistema de saúde também tem por base a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 que trata acerca da participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde (BRASIL, 1990b), bem como a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 que dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde (BRASIL, 2012).

Inegavelmente, a parte operacional do SUS, sobretudo no que tange a aplicação dos recursos na área da saúde, é fundamental para a população brasileira. Deste modo, deve-se destacar o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) que tem como base o acompanhamento das despesas de cada setor, fornecendo aos indivíduos acesso aos gastos do setor público em saúde (BRASIL, 2013).

Outro ponto a ser considerado é que o princípio liberal de privatizar serviços não atende a demanda da população do Brasil, apesar de apresentarem um ótimo serviço, atende uma pequena parcela dos brasileiros. Mesmo com excelentes hospitais privados, é preciso

ressaltar que grande parcela dos programas de residência médica pertence a instituições públicas (SCHEFFER, 2015).

Ainda justificando o quão o SUS é importante, o mesmo traz consigo ideias inovadoras que são exemplo para outros países, tais como: o sistema nacional de transplantes, que tem salvado milhares de vidas, o sistema de hemocentros, o resgate de emergência de atendimento pré-hospitalar em situações de tragédia, o tratamento da AIDS, a distribuição de medicamentos para controle de doenças crônicas, os sistemas de vacinação que imunizam milhares de brasileiros (VICTORA et al, 2011), como tem ocorrido atualmente com a Covid-19, entre outros benefícios.

### 2.3 Gastos Públicos com Saúde

O molde orçamentário brasileiro, definido no art. 165 da CF/1988, compõe-se de três instrumentos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) (BRASIL, 1988). As mesmas têm período de vigência e funções distintas, entretanto estão entrelaçadas, uma auxiliando a outra. Outro ponto de destaque é que o estabelecimento da função do planejamento é um dever do Estado, e deve ter caráter determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Ainda tomando por base a CF/1988, cabe esclarecer que o PPA, com vigência de quatro anos, tem como função estabelecer as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública. Por sua vez, a LDO, anualmente, deve enunciar as políticas públicas e respectivas prioridades para o exercício seguinte, e, por fim, a LOA tem como principais propósitos estimar a receita e fixar a programação das despesas para o exercício financeiro.

Para Kohama (2016), as despesas públicas representam desembolsos fixados na lei orçamentária, ou em leis específicas destinadas a custear os serviços públicos conforme suas necessidades. Elas se classificam como: **primárias** que se referem aos gastos com as políticas públicas, tais como educação, segurança, saúde, e outros gastos para manutenção da máquina pública, e as **financeiras** que se originam pelo pagamento de dívidas ou pela concessão de empréstimos concedidos pelo governo a pessoa física ou instituição. Como exemplos, têm-se, respectivamente, o pagamento de juros da dívida pública e o financiamento estudantil (ENAP, 2017).

O sistema de saúde do Brasil tem como formas de financiamento: desembolso direto, dispêndios dos empregadores da área da saúde, impostos e contribuições sociais (FIGUEIREDO et al., 2018). Entretanto, apesar do país possuir um sistema que tem por base recursos dos impostos das três esferas governamentais, o que aumenta a arrecadação, o mesmo tem um histórico de gastos não favoráveis à área da saúde. Em 2019 os gastos representaram apenas 3,8 % do Produto Interno Bruto (PIB), o que equivale a R\$ 277 bilhões (CNS, 2020).

Com o surgimento da pandemia da Covid-19, os gastos do Governo Federal, em 2020, segundo o Tesouro Nacional Transparente (TNT), totalizaram R\$ 524,02 bilhões, divididos nas áreas de prevenção de empregados, compras de vacinas, aumento com o auxílio emergencial dado a população, medicamentos, entre outros (TNT, 2021). Destes, 60 bilhões foram destinados aos estados, Distrito Federal e municípios “para aplicação, pelos Poderes Executivos locais, em ações de enfrentamento à Covid-19 e para mitigação de seus efeitos financeiros” (BRASIL, 2020a).

No município de Lagoa Seca - PB, lócus deste estudo, o total dos gastos municipais na área da saúde no ano de 2020, foi de R\$ 23.456.249,95, enquanto que em 2019 foi de R\$ 20.184.041,28, um acréscimo de mais de 16% (SAGRES, 2020). Considerando as situações pandêmica e econômica, trata-se de um aumento expressivo.

## 2.4 Estudos Correlatos

Com o surgimento da Covid-19 houve aumento de gastos com saúde que o Estado não considerava, assim o investimento na área foi afetado diretamente, visto que houve um direcionamento de gastos diferente do previsto. O Quadro 1 apresenta alguns estudos que abordam esta temática.

**Quadro 1 - Estudos Correlatos ao tema**

<b>Autor</b>	<b>Objetivo Geral</b>	<b>Principais Resultados</b>
Monteiro <i>et al.</i> (2020)	Examinar o impacto da pandemia da Covid-19 no orçamento público do Governo Federal.	Os resultados evidenciam que a PEC 10/20 possibilita a flexibilização do orçamento, ao permitir a concessão de incentivos e benefícios tributários, o que afeta a receita pública; enquanto a simplificação em contratações de pessoal, de obras, serviços e compras afeta a despesa pública.
Fernandes; Pereira (2020)	Contribuir para este amplo debate, analisando a resposta governamental ao desafio de combate à Covid-19, sob o prisma do financiamento público dos serviços de saúde dos governos subnacionais brasileiros.	Resultados mostram que não houve mudança substantiva nos critérios de repasse, pouco sensíveis a fatores epidemiológicos. Ajustes nas normas de aplicação foram realizados para dar maior agilidade aos gastos. Tamanho populacional, produção de riquezas locais e número de leitos de internação parecem ser os principais fatores que definem a distribuição dos recursos. O desenho de financiamento do combate à COVID-19, assim como o volume de recursos parecem ser insuficientes frente à dimensão da crise.
Pinheiro <i>et al.</i> (2020)	Analisar como estão sendo realizadas as despesas de enfrentamento do Covid-19 em municípios do Estado do Pará.	Foi observado que nos municípios analisados há um percentual bem elevado de contratação direta em relação as despesas de COVID-19, assim as mesmas podem estar relacionadas aos decretos emergenciais que flexibilizam os processos de compras públicas, no que se refere à desburocratização, dando celeridade à aquisição de serviços e insumos. Contudo, é preocupante essa flexibilização, podendo trazer a ineficiência e/ou corrupção na aplicação dos recursos e ainda uma transparência deficiente.
Câmara (2021)	Consiste em evidenciar os gastos em saúde com o enfrentamento à Covid-19 no nordeste brasileiro, no exercício financeiro de 2020.	Foi possível identificar que as capitais têm evidenciado as informações sobre a alocação de 38 recursos, porém sem uma padronização que possa facilitar o acompanhamento e o controle social. Além disso, foi possível perceber uma deficiência de informação pelos estados no que diz respeito ao detalhamento dos processos, contratos, notas de empenhos, saldos de anulações e o acesso aos dados por sistemas externos em formatos abertos. Tais constatações comprometem a confiabilidade das informações oficiais.
		Constatou-se que Alagoas empenhou o total de R\$ 39.304.771,41 na compra de

Santos <i>et al</i> (2021a)	Descrever o direcionamento de recursos públicos empenhados no combate à Covid-19 no estado de Alagoas.	Equipamentos de Proteção Individual (EPI), material médico-hospitalar, testes para COVID-19 e equipamentos Hospitalares. Além disso, o estado empenhou maiores recursos em assistência hospitalar e ambulatorial com R\$ 137.706.530,81 e os menores na formação de recurso humanos com R\$ 11.610,90. Destacando-se, o empenho de R\$ 1.008.047, 93 para a vigilância epidemiológica.
Santos <i>et al</i> (2021b)	Descrever os gastos decorrentes das internações para tratamento clínico de usuários diagnosticados com Covid-19 no Sistema Único de Saúde (SUS) entre fevereiro e dezembro de 2020.	No período avaliado, ocorreram 462.149 internações hospitalares no SUS, sendo 4,9% delas para tratamento de usuários com coronavírus. O gasto total foi superior a 2,2 bilhões de reais, sendo 85% destinados a serviços hospitalares e 15% a serviços profissionais. Os gastos para o tratamento da COVID-19 se distribuíram de forma distinta entre as regiões do país. A região Sudeste teve o maior número de internações, maior valor total gasto, maior média de permanência em dias e maior taxa de letalidade, enquanto a região Sul registrou maior porcentagem de gastos com hospitais sem fins lucrativos (58%) e hospitais empresariais (15%).

**Fonte:** Elaboração própria, (2022).

Vale salientar que os estudos sobre o tema são recentes, desta forma possuem algumas fragilidades para demonstrar com exatidão os impactos na saúde trazidos pela Covid-19.

Com base nos estudos elencados no Quadro 1, observou-se que apesar de todos os estados e municípios serem impactados com a Covid-19, como citado por Santos *et al* (2021b), os gastos foram superiores a R\$ 2,2 bilhões de reais, alguns se sobressaíram melhor que outros, por uma melhor gestão de seus recursos e maior eficiência dos mesmos, entretanto houve problemas relacionados a quantidade de repasse para os estados, deficiência de informações com respeito aos gastos nos municípios, deficiência na transparência dos recursos gastos, assim como pouco investimento frente à dimensão da crise.

Nesse sentido, Monteiro et al (2020) apontam que, em âmbito Federal, foram adotadas medidas de flexibilização do orçamento que afetam a receita pública, enquanto a simplificação em contratações de pessoal de obras, serviços e compras afetam a despesa pública, todavia, o estudo de Fernandes e Pereira (2020), sugere que, apesar do cenário epidemiológico, os critérios de distribuição de recursos não foram alterados, assim, houve um desequilíbrio no volume de recursos e na distribuição deles.

### 3 METODOLOGIA

Segundo Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa aplicada tem por objetivo gerar conhecimento para a área designada, assim este estudo se consolida nessa ideia com o intuito de gerar conhecimento no âmbito da saúde, com o propósito de saber como se comportaram os gastos públicos com saúde no município de Lagoa Seca - PB em face da pandemia de Covid-19. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2021), indicam que o lócus da pesquisa, localizado no brejo paraibano, dispõe de uma área territorial de 108.219 km<sup>2</sup> e tem uma população estimada para 2021 de 27.728 habitantes.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva e explicativa, que segundo Gil (2002), as mesmas têm a preocupação com a atuação prática. Conforme Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa explicativa busca explicar as causas através da classificação, análise e interpretação dos dados coletados e observados, objetivando distinguir os fatores determinantes da pesquisa. No que se refere a abordagem a pesquisa é quantitativa, uma vez que irá “medir e quantificar os resultados da investigação, elaborando-os em dados estatísticos” (ZANELLA, 2013, p. 35).

Com o intuito de compreender como se comportaram os gastos públicos com saúde no local investigado no período da pandemia da Covid-19, foram coletados os valores das despesas pagas disponibilizados no portal *Sagres On Line*, do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), de janeiro de 2015 a julho de 2021. Em seguida, foi realizada a previsão da arrecadação de março de 2020 a julho de 2021, utilizando-se de técnicas de previsões do modelo de séries temporais, classificando os dados através do coeficiente de correlação de Pearson.

Cabe reforçar, que o objetivo da análise de uma série temporal, conforme Reis (2008), é identificar a existência de padrões não aleatórios que auxiliam na tomada de decisões, assim o conjunto de observações de uma variável quantitativa, relacionada ao tempo, permite realizar previsões futuras. Assim, o coeficiente de correlação de Pearson, tem o intuito de fazer uma associação linear entre as variáveis, pois tais associações podem guardar semelhanças na distribuição dos seus escores. Deste modo, o estudo tende a ser mais objetivo com os resultados (PARANHOS et al., 2009). Ainda segundo Paranhos, essa associação deve ser calculada através da fórmula:

$$r = \frac{1}{n-1} \sum \left( \frac{xi - \bar{x}}{sx} \right) \left( \frac{yi - \bar{y}}{sy} \right)$$

Onde r = coeficiente de correlação de Pearson,  $\sum$  = somatório, x = valor assumido pela variável independente,  $\bar{x}$  = média aritmética simples dos valores de x, y = valor assumido pela variável dependente,  $\bar{y}$  = média aritmética simples dos valores de y,  $x - \bar{x}$  = diferença entre cada valor de x e a média aritmética  $\bar{x}$ ,  $y - \bar{y}$  = diferença entre cada valor de y e a média aritmética  $\bar{y}$ .

De acordo com Figueiredo Filho e Silva Júnior (2009), o valor da correlação de Pearson se situa entre -1 e 1, isto é, pode ser uma correlação negativa ou positiva, quanto mais próximo o valor da correlação estiver de 1, mais forte será a correlação e linearidade terá.

Após construída a série temporal e realizada a projeção dos referidos gastos públicos para 03/2020 a 07/2021 por meio do editor de planilhas eletrônicas *Microsoft Office Excel*, foram coletados no *Sagres On Line* do TCE-PB os valores efetivamente pagos, sem atualização monetária, e realizada a comparação entre ambos no intuito de verificar os impactos da Covid-19 nos gastos com saúde no campo e período investigados.

#### 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção foram apresentados os resultados e análises referentes aos gastos públicos com saúde do município de Lagoa Seca - PB, obtidos através de Série Temporal com o intuito de comparar os gastos projetados aos pagos, bem como classificar a série temporal de acordo com o coeficiente de Pearson.

A Tabela 1, apresenta a evolução das despesas com saúde no período de janeiro de 2015 a julho de 2021 e os seus respectivos valores de previsão.

**Tabela 1:** Despesas com saúde e respectivas previsões

<b>Tempo</b>	<b>T(X)</b>	<b>Gasto Mensal (Y)</b>	<b>Gasto Previsto</b>
jan/15	1	R\$ 732.528,46	R\$ 670.959,00
fev/15	2	R\$ 350.573,52	R\$ 687.505,52
mar/15	3	R\$ 1.125.203,26	R\$ 704.052,03
abr/15	4	R\$ 859.728,51	R\$ 720.598,55
mai/15	5	R\$ 967.540,97	R\$ 737.145,06
jun/15	6	R\$ 1.136.585,01	R\$ 753.691,58
jul/15	7	R\$ 877.569,11	R\$ 770.238,09
ago/15	8	R\$ 741.924,72	R\$ 786.784,61
set/15	9	R\$ 844.091,91	R\$ 803.331,12
out/15	10	R\$ 810.006,78	R\$ 819.877,64
nov/15	11	R\$ 1.002.922,74	R\$ 836.424,15
dez/15	12	R\$ 1.104.719,01	R\$ 852.970,67
jan/16	13	R\$ 330.560,27	R\$ 869.517,19
fev/16	14	R\$ 708.577,98	R\$ 886.063,70
mar/16	15	R\$ 1.076.919,56	R\$ 902.610,22
abr/16	16	R\$ 955.110,53	R\$ 919.156,73
mai/16	17	R\$ 997.584,78	R\$ 935.703,25
jun/16	18	R\$ 870.016,41	R\$ 952.249,76
jul/16	19	R\$ 1.033.786,86	R\$ 968.796,28
ago/16	20	R\$ 951.288,90	R\$ 985.342,79
set/16	21	R\$ 959.558,11	R\$ 1.001.889,31
out/16	22	R\$ 956.380,23	R\$ 1.018.435,82
nov/16	23	R\$ 1.530.914,02	R\$ 1.034.982,34
dez/16	24	R\$ 1.444.347,64	R\$ 1.051.528,85
jan/17	25	R\$ 362.351,26	R\$ 1.068.075,37
fev/17	26	R\$ 1.321.585,96	R\$ 1.084.621,88
mar/17	27	R\$ 1.122.382,08	R\$ 1.101.168,40
abr/17	28	R\$ 1.068.235,28	R\$ 1.117.714,91
mai/17	29	R\$ 1.127.662,59	R\$ 1.134.261,43
jun/17	30	R\$ 1.163.816,94	R\$ 1.150.807,95
jul/17	31	R\$ 1.141.048,81	R\$ 1.167.354,46
ago/17	32	R\$ 996.061,58	R\$ 1.183.900,98
set/17	33	R\$ 944.388,13	R\$ 1.200.447,49
out/17	34	R\$ 1.126.316,54	R\$ 1.216.994,01
nov/17	35	R\$ 916.647,18	R\$ 1.233.540,52
dez/17	36	R\$ 1.706.229,08	R\$ 1.250.087,04
jan/18	37	R\$ 839.077,90	R\$ 1.266.633,55
fev/18	38	R\$ 1.053.283,13	R\$ 1.283.180,07
mar/18	39	R\$ 1.622.421,16	R\$ 1.299.726,58
abr/18	40	R\$ 935.196,11	R\$ 1.316.273,10
mai/18	41	R\$ 1.110.575,15	R\$ 1.332.819,61
jun/18	42	R\$ 605.848,25	R\$ 1.349.366,13
jul/18	43	R\$ 2.031.273,30	R\$ 1.365.912,64

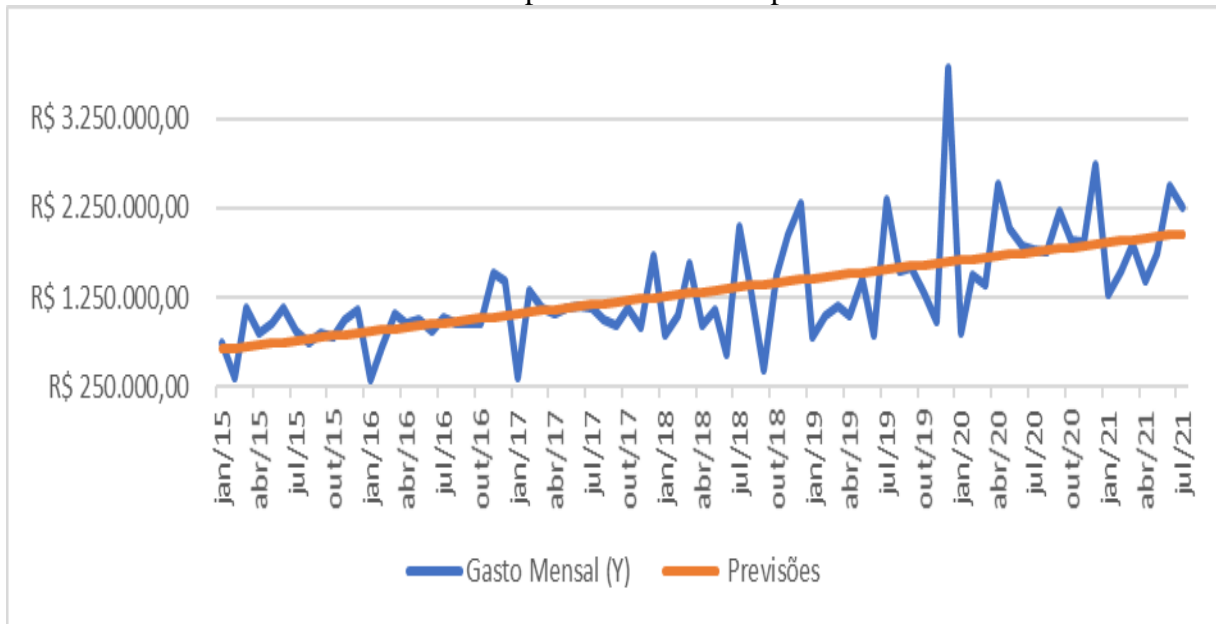
ago/18	44	R\$ 1.333.309,94	R\$ 1.382.459,16
set/18	45	R\$ 441.386,78	R\$ 1.399.005,67
out/18	46	R\$ 1.507.318,29	R\$ 1.415.552,19
nov/18	47	R\$ 1.962.428,59	R\$ 1.432.098,71
dez/18	48	R\$ 2.306.768,13	R\$ 1.448.645,22
jan/19	49	R\$ 800.528,70	R\$ 1.465.191,74
fev/19	50	R\$ 1.056.594,42	R\$ 1.481.738,25
mar/19	51	R\$ 1.155.260,22	R\$ 1.498.284,77
abr/19	52	R\$ 1.055.091,48	R\$ 1.514.831,28
mai/19	53	R\$ 1.451.374,54	R\$ 1.531.377,80
jun/19	54	R\$ 828.432,40	R\$ 1.547.924,31
jul/19	55	R\$ 2.353.308,66	R\$ 1.564.470,83
ago/19	56	R\$ 1.538.977,83	R\$ 1.581.017,34
set/19	57	R\$ 1.579.638,98	R\$ 1.597.563,86
out/19	58	R\$ 1.304.155,04	R\$ 1.614.110,37
nov/19	59	R\$ 972.988,46	R\$ 1.630.656,89
dez/19	60	R\$ 3.820.528,16	R\$ 1.647.203,40
jan/20	61	R\$ 849.639,57	R\$ 1.663.749,92
fev/20	62	R\$ 1.500.944,98	R\$ 1.680.296,43
mar/20	63	R\$ 1.399.835,51	R\$ 1.696.842,95
abr/20	64	R\$ 2.516.198,59	R\$ 1.713.389,46
mai/20	65	R\$ 2.015.702,81	R\$ 1.729.935,98
jun/20	66	R\$ 1.829.338,58	R\$ 1.746.482,50
jul/20	67	R\$ 1.782.889,60	R\$ 1.763.029,01
ago/20	68	R\$ 1.758.325,60	R\$ 1.779.575,53
set/20	69	R\$ 2.221.148,73	R\$ 1.796.122,04
out/20	70	R\$ 1.878.721,73	R\$ 1.812.668,56
nov/20	71	R\$ 1.871.651,67	R\$ 1.829.215,07
dez/20	72	R\$ 2.742.758,79	R\$ 1.845.761,59
jan/21	73	R\$ 1.286.510,01	R\$ 1.862.308,10
fev/21	74	R\$ 1.537.355,36	R\$ 1.878.854,62
mar/21	75	R\$ 1.846.926,98	R\$ 1.895.401,13
abr/21	76	R\$ 1.433.796,43	R\$ 1.911.947,65
mai/21	77	R\$ 1.730.047,03	R\$ 1.928.494,16
jun/21	78	R\$ 2.499.112,53	R\$ 1.945.040,68
jul/21	79	R\$ 2.253.739,90	R\$ 1.961.587,19
<b>SOMA</b>		<b>R\$ 103.985.574,74</b>	<b>R\$ 103.985.574,74</b>
<b>Coefficiente de Pearson</b>		<b>0,633051368</b>	

Fonte: Dados da Pesquisa, (2022).

Na Tabela 1, observa-se que as despesas na área da saúde, apesar de alguns períodos de redução, no geral aumentaram no decorrer dos anos, apresentando uma correlação positiva e forte, com o coeficiente de Pearson de 0,6331. Quanto a estatística de Watson corresponde a 2,439, verificando-se, assim, que este valor se situa na região de autocorrelação negativa, logo há relação linear inversa entre os resíduos, ou seja, ao longo do tempo um resíduo positivo

deve ser seguido de outro negativo e vice-versa. A confirmação dessa relação é observada no Gráfico 1.

**Gráfico 1:** Despesas com saúde x previsões



Fonte: Dados da Pesquisa, (2022).

O Gráfico 1 demonstra que houve aumento ao longo do tempo. No ano de 2015 os gastos totalizaram R\$ 10.553.394,00, em 2016 R\$ 11.815.045,29, em 2017 R\$ 12.996.725,43, em 2018 R\$ 15.748.886,73, em 2019 R\$ 17.916.878,89, em 2020 R\$ 22.367.156,16 e até o mês de julho de 2021 R\$ 15.099.928,57. Infere-se que o aumento significativo nos dois últimos anos é decorrente da pandemia da Covid-19 que fez com que as pessoas necessitassem mais de atendimento hospitalar, bem como da contratação de novos profissionais da área.

No estudo de Pinheiro *et al* (2020) o mesmo observou que nos municípios analisados há um percentual bem elevado de contratação direta em relação as despesas de Covid-19 assim as mesmas podem estar relacionadas aos decretos emergenciais que flexibilizam os processos de compras públicas, nesse sentido o estudo corrobora e utiliza decretos emergenciais para explicação de diminuição ou aumento de gastos públicos da saúde.

A respeito do ano de 2020, destacam-se os meses de abril e maio com um aumento considerável, infere-se que isto seja reflexo da pandemia. O mesmo ocorre nos meses de setembro e dezembro, justificado pelo Decreto nº 042/2020 de 28 de setembro de 2020 que libera o funcionamento parcial das atividades em centros esportivos, show musical em bares e restaurantes, clubes em geral, casas de eventos ou quaisquer outros similares (LAGOA SECA, 2020c).

Apesar deste último ser inferior aos gastos de dezembro de 2019 que corresponde ao número 60 da série, cujo valor é de R\$ 3.820.528,16, ou seja, o valor mais alto de todo o período analisado, quando comparado a dezembro de 2018 foi 39,62 % maior. O mesmo foi explicado pelo Decreto nº 0026 de 2 de dezembro de 2019 no qual dispõe sobre a abertura de crédito para manutenção das atividades da Secretaria de saúde no valor de R\$ 293.380,00 e também pela manutenção das atividades do bloco de atividades básicas (BLATB) no valor de R\$ 1.102.854 mil reais (LAGOA SECA, 2019).

No tocante ao ano de 2021, percebe-se um aumento significativo no mês de junho, ponto 78 do Gráfico 1, justificado pelo retorno das atividades econômicas. Assim, fez-se necessário mais rigor nas ações de combate e restrições, resultando na publicação do Decreto



nº 030, de 03 de junho de 2021, com medidas que evitavam aglomerações, como a utilização de *delivery*, ou a retirada de produtos pelos próprios clientes (*takeaway*) (LAGOA SECA, 2021). Com essa medida houve uma discreta redução da despesa conforme observado no ponto 79 do Gráfico 1.

Com efeito, segundo Fernandes; Pereira (2020), o desenho de financiamento do combate à COVID-19, assim como o volume de recursos parecem ser insuficientes frente à dimensão da crise. Este pensamento corrobora com os dados do campo investigado, visto que, os gastos de 2020, superaram os de 2019 em aproximadamente 25%, enquanto que nos sete primeiros meses de 2021 os gastos com saúde eram mais de 84% comparados ao ano de 2019.

Na sequência, através do Excel foi realizado o confronto entre as despesas com saúde e os valores previstos para o período de março de 2020 a julho de 2021, conforme demonstrados na Tabela 2:

**Tabela 2:** Gastos com a saúde vs previsões

Mês	Gasto Mensal (Y)	Previsões	Variação	Variação
mar/20	R\$ 1.399.835,51	R\$ 1.696.842,95	R\$ 297.007,44	-18%
abr/20	R\$ 2.516.198,59	R\$ 1.713.389,46	R\$ 802.809,13	47%
mai/20	R\$ 2.015.702,81	R\$ 1.729.935,98	R\$ 285.766,83	17%
jun/20	R\$ 1.829.338,58	R\$ 1.746.482,50	R\$ 82.856,08	5%
jul/20	R\$ 1.782.889,60	R\$ 1.763.029,01	R\$ 19.860,59	1%
ago/20	R\$ 1.758.325,60	R\$ 1.779.575,53	R\$ 21.249,93	-1%
set/20	R\$ 2.221.148,73	R\$ 1.796.122,04	R\$ 425.026,69	24%
out/20	R\$ 1.878.721,73	R\$ 1.812.668,56	R\$ 66.053,17	4%
nov/20	R\$ 1.871.651,67	R\$ 1.829.215,07	R\$ 42.436,60	2%
dez/20	R\$ 2.742.758,79	R\$ 1.845.761,59	R\$ 896.997,20	49%
jan/21	R\$ 1.286.510,01	R\$ 1.862.308,10	R\$ 575.798,09	-31%
fev/21	R\$ 1.537.355,36	R\$ 1.878.854,62	R\$ 341.499,26	-18%
mar/21	R\$ 1.846.926,98	R\$ 1.895.401,13	R\$ 48.474,15	-3%
abr/21	R\$ 1.433.796,43	R\$ 1.911.947,65	R\$ 478.151,22	-25%
mai/21	R\$ 1.730.047,03	R\$ 1.928.494,16	R\$ 198.447,13	-10%
jun/21	R\$ 2.499.112,53	R\$ 1.945.040,68	R\$ 554.071,85	28%
jul/21	R\$ 2.253.739,90	R\$ 1.961.587,19	R\$ 292.152,71	15%
<b>Soma</b>	<b>R\$ 32.604.059,85</b>	<b>R\$ 31.096.656,22</b>	<b>R\$ 1.507.403,63</b>	<b>5%</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, (2022).

Percebe-se na Tabela 2 que no mês de março/2020 os gastos tiveram uma variação negativa de -18 % em relação ao valor previsto, consequência do Decreto nº 010, de 21 de março de 2020, que suspendeu todas as atividades econômicas, fazendo com que houvesse o isolamento social, diminuindo assim a disseminação do vírus (LAGOA SECA, 2020a). Entretanto, no mês seguinte as atividades econômicas voltaram a funcionar com base no Decreto nº 011, de 27 de março de 2020 (LAGOA SECA, 2020b), assim, houve um aumento significativo dos gastos, que representou a segunda maior variação do período estudado, 47 %. A partir daí, até julho/2020 houve variações positivas com diminuições progressivas, chegando a 1%.

Nota-se que a partir de setembro/2020 os gastos retornam à elevação, destacando as variações de 24 %, para aquele mês e de 49% para dezembro/2020. Esta última se explica devido, principalmente, ao pagamento do 13º salário dos funcionários da saúde, bem como pelo aumento do número de casos, decorrentes da flexibilização das medidas, através do

Decreto nº 042/2020, de 28 de setembro de 2020, como citado anteriormente o mesmo liberou o funcionamento parcial das atividades como centros esportivos e campos de futebol, show musical em bares e restaurante, clubes em geral, casas de eventos, reuniões, incluindo recepção de convidados para aniversário, casamento, ou quaisquer outros similares (LAGOA SECA, 2020a).

Por outro lado, de janeiro/2021 a maio/2021 os valores efetivamente gastos foram inferiores aos valores previstos, chegando a uma variação negativa de -31%, provavelmente devido ao Decreto nº 054, de 16 de dezembro de 2020, que determinou o fechamento de estádios, proibiu os eventos de confraternização natalina em repartições públicas e também em casas de eventos, estabeleceu ocupação máxima de 35 % da capacidade nas igrejas, entre outras medidas que auxiliaram no combate à proliferação da Covid-19. (LAGOA SECA, 2020d).

Os meses de junho e julho de 2021, apresentaram variação positiva de 28% e 15%, respectivamente, com um gasto total de R\$ 4.752.852,43, enquanto que o previsto totalizava R\$ 3.906.627,87, assim houve uma diferença de R\$ 846.224,56. Tal diferença se justifica pela grande quantidade de casos confirmados, no final do mês de julho, pois haviam 2591 casos comprovados e 43 óbitos. (PARAIBA, 2021a). Nessa perspectiva, o estudo de Santos *et al* (2021a) retrata um aumento nos gastos com Covid-19 direcionados para a compra de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), material médico-hospitalar, testes para Covid-19 e equipamentos hospitalares, desta forma o mesmo corrobora com o estudo, tendo em vista que o aumento de casos implica na necessidade de compra de materiais e equipamentos hospitalares.

Por fim, observa-se que foram obtidas variações positivas entre 1% e 49%, e variações negativas de -1% a -31%, mas quando comparada a despesa total com saúde de R\$ 32.604.059,85 e a previsão para os 17 meses, R\$ 31.096.656,22, constata-se que houve uma variação positiva de 5%, o que corresponde a R\$ 1.507.403,63. Deste modo, entende-se que, com base na metodologia adotada, apesar das medidas governamentais estabelecidas, a pandemia impactou os gastos com a saúde no município de Lagoa Seca - PB.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa objetivou identificar quais os impactos causados pela Covid-19 nos gastos públicos com saúde no município de Lagoa Seca - PB no período de março de 2020 a julho de 2021. Utilizando os dados referentes ao período de janeiro de 2015 a julho de 2021 disponibilizados no site *Sagres On Line* do TCE-PB, através da adoção de série temporal foi possível realizar a previsão e comparar os valores dos gastos efetivos da saúde aos gastos previstos. Classificou-se a série a partir do coeficiente de Pearson como positiva, porque o coeficiente foi maior que zero.

Sendo assim, a partir dos dados obtidos também foi possível verificar que a pandemia impactou negativamente o período estudado principalmente os meses de abril e de dezembro de 2020 esses impactos foram explicados pela grande quantidade de casos e também, no caso de dezembro, pelo pagamento do 13º Salário dos servidores da saúde.

No período de janeiro a maio de 2021, houve uma diminuição das despesas com saúde em relação aos valores previstos, devido os decretos municipais que determinaram o fechamento de ambientes com maior grau de contato, utilização do meio de entregas *delivery*, ocupação máxima em igrejas, entre outras medidas, as quais fizeram com que a proliferação do vírus fosse menor, ocasionando a redução nos gastos.

Neste cenário, observa-se que foram obtidas variações positivas entre 1% e 49%, e variações negativas de -1% a -31%. Contudo, considerando os 17 meses analisados, verificou-se uma variação positiva de 5%, o que corresponde ao valor R\$ 1.507.403,63 a maior de despesas pagas com saúde em relação aos valores previstos. Assim, conclui-se que, com base

na metodologia adotada, a pandemia impactou os gastos com a saúde no município de Lagoa Seca - PB.

Face ao exposto, pode-se afirmar que os objetivos do estudo foram alcançados em parte, pois se pretendia verificar os impactos da Covid-19 no campo investigado de 03/2020 a 12/2021. Deste modo, a pesquisa aponta limitações no que se refere a obtenção de dados, haja vista, o *Sagres On Line* disponibilizá-los apenas até o mês de julho de 2021. Tentou-se buscar os dados referentes ao período de agosto a dezembro de 2021 diretamente na Prefeitura Municipal e na Secretaria de Saúde do município, mas não se logrou êxito.

Dessa forma, sugere-se para futuras pesquisas utilizar o período integral de duração da pandemia, e, espera-se que os resultados desta possam auxiliar a gestão municipal no planejamento de gastos públicos com saúde, visando maior eficiência na aplicação dos recursos e, conseqüentemente, resultados positivos para a população.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal; 1988. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. 1990a. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm). Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. 1990b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8142.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm). Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. **Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012**. Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp141.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp141.htm). Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. **Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020**. Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19): altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências. Brasília, 2020a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp173.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp173.htm). Acesso em: 23 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus: 1 morte e 291 casos confirmados**, 2020b Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2020/marco/coronavirus-1-morte-e-291-casos-confirmados>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops)** / Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 140 p.: il. – (Série Ecos, Economia da Saúde para a Gestão do SUS; Eixo 2, v. 1 Disponível em:

[https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/sistema\\_informacoes\\_orcamentos\\_publicos\\_saude.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/sistema_informacoes_orcamentos_publicos_saude.pdf). Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020**. Declara emergência em Saúde pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Brasília, 2020c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>. Acesso em: 07 set. 2021.

CÂMARA, J. C. **Gastos com o enfrentamento a Covid-19 no exercício de 2020: estudo comparativo nos Estados do Nordeste Brasileiro**. p. 0–45, 2021. Disponível em:

[https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/37938/1/GastoscomEnfrentamento\\_Camara\\_2021.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/37938/1/GastoscomEnfrentamento_Camara_2021.pdf). Acesso em: 4 nov. 2021.

CAVALCANTE, J. R. et al. Covid-19 no Brasil: evolução da epidemia até a semana epidemiológica 20 de 2020. **Epidemiologia e Serviços de Saúde : Revista do Sistema Único de Saúde do Brasil**, v. 29, n. 4, p. e2020376, 2020. Disponível em :

<https://www.scielo.br/j/ress/a/zNVktw4hcW4kpQPM5RrsqXz/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 20 nov. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). **O orçamento para a saúde em 2021**.

Câmara dos Deputados. Comissão Externa da Câmara dos Deputados de Enfrentamento à COVID19. Audiência Pública. Francisco R. Funcia. 08 dez. 2020. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/56a-legislatura/enfrentamento-pandemia-covid-19/apresentacoes-em-eventos/FranciscoFuncia.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2021.

CORONAVÍRUS/BRASIL. **Covid-19. Painel Coronavírus**. 11/10/2021 (2021). Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 11 out. 2021.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). **Introdução ao Orçamento Público**. Módulo 2. Receitas e Despesas Públicas. Brasília, 2017 Disponível em:

<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3168/1/Modulo%20%20-%20Receita%20e%20Despesa%20Publicas.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

FERNANDES, G. A. de A. L.; PEREIRA, B. L. S. Os desafios do financiamento do enfrentamento à Covid-19 no SUS dentro do pacto federativo. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 595–613, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/zNs77xnNYYT3xxtVvhTpyVt/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 3 nov. 2021.

FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA JUNIOR, J. A. da. Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, v. 18, n. 8, p. 115-146, 2009. Disponível em:

[https://www.academia.edu/4252960/Desvendando\\_os\\_Mist%C3%A9rios\\_do\\_Coeficiente\\_de\\_Correla%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_Pearson\\_r?auto=download](https://www.academia.edu/4252960/Desvendando_os_Mist%C3%A9rios_do_Coeficiente_de_Correla%C3%A7%C3%A3o_de_Pearson_r?auto=download). Acesso em: 20 jan. 2022.

FIGUEIREDO, J. O. et al. Gastos público e privado com saúde no Brasil e países

selecionados. **Saúde em Debate**, v. 42, n. spe2, p. 37–47, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/hbzwsvZnS7PbVJsXsfWJSfB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HEYMANN, D. L.; SHINDO, N. Covid-19: O que vem a seguir para a saúde pública? **The Lancet**, v. 395, n. 10224, p. 542–545, 2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)30374-3/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)30374-3/fulltext). Acesso em: 20 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico, 2021**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/lagoa-seca.html>. Acesso em: 25 ago. 2021.

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública, Teoria e Prática**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2016. Acesso em: 28 out. 2021.

LAGOA SECA. **Decreto nº 0026, de 02 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, e da outras providências. 2019. Disponível em: <http://lagoaseca.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2020/01/Boletim-Oficial-03-de-dezembro-de-2019-Edição-Extraordinária.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

LAGOA SECA. **Decreto nº 010, de 21 de março de 2020**. Declara situação de emergência no município de Lagoa Seca-PB. Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio e ao enfrentamento da Covid-19, e dá outras providências. 2020a. Disponível em: <https://www.sefaz.pb.gov.br/legislacao/299-decretos-estaduais/icms/icms2021/10615-decreto-n-41-355-de-17-de-junho-de-2021>. Acesso em: 2 fev. 2021.

LAGOA SECA. **Decreto nº 011, de 27 de março de 2020**. Declara o funcionamento parcial do comércio e das repartições públicas municipais no município de Lagoa Seca-PB, e estabelece medidas de prevenção ao contágio e ao enfrentamento do Covid-19, e dá outras providências. 2020b. Disponível em: <http://lagoaseca.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2020/04/Boletim-Oficial-27-de-Mar%C3%A7o-de-2020-Edi%C3%A7%C3%A3o-Extraordin%C3%A1ria.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2021.

LAGOA SECA. **Decreto nº 042, de 28 de setembro de 2020**. Dispõe sobre novas medidas temporárias emergenciais de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus Covid-19, no âmbito do município de Lagoa Seca - PB. 2020c. Disponível em: <http://lagoaseca.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2020/09/Boletim-Oficial-28-de-Setembro-de-2020-Edi%C3%A7%C3%A3o-Extraordin%C3%A1ria-2.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

LAGOA SECA. **Decreto nº 054, de 16 de dezembro de 2020**. Dispõe sobre novas medidas temporárias emergenciais de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus Covid-19, no âmbito do município de Lagoa Seca-PB. 2020d. Disponível em: <http://lagoaseca.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2021/01/Boletim-Oficial-16-de-Dezembro-de-2020-Edicao-Extraordinaria.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2021.

LAGOA SECA. **Decreto nº 030, de 03 de junho de 2021**. Dispõe sobre novas medidas temporárias emergenciais de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus Covid-19 no âmbito do município de Lagoa Seca-PB. 2021. Disponível em: <http://lagoaseca.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2021/06/Boletim-Oficial-03-de-junho-de-2021-Edicao-Extraordinaria-3.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2021.

MONTEIRO, et al. Reflexos da Covid-19 no Orçamento Público do Governo Federal. **RGO – Revista Gestão Organizacional**, Unochapecó/Udesc, v. 14, p. 97-116, 2020. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/5560>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **OMS Coronavírus (Covid-19) Painel de controle**. 2021b. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 02 set. 2021.

PARAIBA. **Boletim Epidemiológico Coronavírus nº 77**. 2021a. Disponível em: [https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/arquivos/artes\\_boletim-epidemiologico-77-covid-19.pdf](https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/arquivos/artes_boletim-epidemiologico-77-covid-19.pdf). Acesso em: 07 mar. 2022.

PARAIBA. **Boletim Epidemiológico Coronavírus nº79** .2021b. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/arquivos/boletim-epidemiologico-79-covid-19-pb-dados-avaliados-ate-se-38.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2022.

PARAÍBA. **Informe Técnico 45<sup>a</sup>**. Pauta do dia 01 de setembro de 2021c. Disponível em: [https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/arquivos/informe-tecnico-45a-pauta-do-dia-01-de-setembro-de-2021\\_vacina-pfizer\\_-butantan-astrazeneca-1.pdf/view](https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/arquivos/informe-tecnico-45a-pauta-do-dia-01-de-setembro-de-2021_vacina-pfizer_-butantan-astrazeneca-1.pdf/view). Acesso em 07 mar. 2022.

PARANHOS, R. et al. Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r)\*. **Revista Política Hoje**, v. 18, n. 8, p. 32, 2009. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Dalson-Figueiredo/publication/290157754\\_Desvendando\\_os\\_Misterios\\_do\\_Coeficiente\\_de\\_Correlacao\\_de\\_Pearson\\_r/links/5695032908ae820ff07492cb/Desvendando-os-Misterios-do-Coeficiente-de-Correlacao-de-Pearson-r.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Dalson-Figueiredo/publication/290157754_Desvendando_os_Misterios_do_Coeficiente_de_Correlacao_de_Pearson_r/links/5695032908ae820ff07492cb/Desvendando-os-Misterios-do-Coeficiente-de-Correlacao-de-Pearson-r.pdf). Acesso em: 06 nov. 2021.

PINHEIRO, C. L. D. S. et al. **Os Gastos Públicos da Covid-19 em Municípios Paraenses**. USP International Conference In Accounting: Accounting as a Governance Mechanism, São Paulo, v. XX, p. 43-59, 29 jul. 2020. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2952.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2021.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, M. M. **Estatística aplicada à administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2008. Disponível em: <http://arquivos.eadadm.ufsc.br/videos/modulo4/estatistica/Estatistica%20Livrotexto.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2021.

SANTOS R. D. , C. et al. Gastos públicos direcionados ao combate da covid-19 em Alagoas. **Revista de Atenção à Saúde**, v. 19, n. 67, p. 26–32, 2021a. Disponível em:

[https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_ciencias\\_saude/article/view/7428](https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/7428). Acesso em: 3 nov. 2021.

SANTOS, H. L. P. C. dos et al. Gastos públicos com internações hospitalares para tratamento da covid-19 no Brasil em 2020. **Revista de Saúde Pública**, v. 55, p. 52, 2021b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/sG4k3BcHvnXvYZznzpfT69p/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 4 nov. 2021.

SCHEFFER, M. C; DAL POZ, M.R. A privatização da educação médica no Brasil: tendências e desafios. **Recursos humanos para a saúde**, v. 13, n.1, p 1-10, 2015. Disponível em: <https://human-resources-health.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/s12960-015-0095-2.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

SILVA, L. O. P. da; NOGUEIRA, J. M. da R. **A corrida pela vacina em tempos de pandemia: a necessidade da imunização contra a COVID-19**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.rbac.org.br/artigos/a-corrída-pela-vacina-em-tempos-de-pandemia-a-necessidade-da-imunizacao-contra-a-covid-19/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

SOUZA, D. de O. O subfinanciamento do Sistema Único de Saúde e seus rebatimentos no enfrentamento da Covid-19. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, 2020. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/physis/2020.v30n3/e300313/pt>. Acesso em: 30 jul. 2021.

TESOURO NACIONAL TRANSPARENTE (TNT). **Monitoramento dos gastos da União com combate à covid-19**. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>. Acesso em: 30 ago. 2021.

VICTORA, C. G. *et al.* Saúde materno-infantil no Brasil: avanços e desafios. **The Lancet**, London, v. 87, n. 9780, p. 1863-1876, 2011. Disponível em: [http://dx.doi.org/doi:10.1016/S0140-6736\(11\)60138-4](http://dx.doi.org/doi:10.1016/S0140-6736(11)60138-4). DOI: 10.1016/S0140-6736(11)60138-4. Acesso em: 10 set. 2021.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de Pesquisa**. 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013. Disponível em: [http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB\\_2014\\_2/Modulo\\_1/Metodologia/material\\_didatico/Livro%20texto%20Metodologia%20da%20Pesquisa.pdf](http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB_2014_2/Modulo_1/Metodologia/material_didatico/Livro%20texto%20Metodologia%20da%20Pesquisa.pdf). Acesso em: 27 ago. 2021.